



41º CONGRESSO
BRASILEIRO DE
Pediatria
Florianópolis-SC

22 A 26
DE OUTUBRO
DE 2024
FLORIANÓPOLIS - SC



Trabalhos Científicos

Título: Políticas Públicas De Promoção, Proteção E Apoio Ao Aleitamento Materno No Brasil: Uma Revisão Narrativa Da Literatura

Autores: GABRIELLA LIMA PEREIRA DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)), AMANDA ALENCAR BORGES (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)), CAROL APARECIDA LANA ALVES (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)), EDUARDA RAUNHEITTI GIESTEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)), HANAH VALINHOS ABREU FIUZA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)), LEONARDO CARDOSO DOS SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)), MATHEUS FERRARI DE PAULA MOREIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)), ARNALDO COSTA BUENO (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF))

Resumo: O Aleitamento Materno (AM) é um direito humano fundamental com benefícios para mães, bebês e sociedade. Por isso, é necessário analisar e reavaliar as Políticas Públicas (PP) vigentes que visam garantir tal direito e como as mesmas impactam a saúde pública do Brasil. Fazer uma revisão narrativa de literatura para descrever as PP de proteção e garantia ao AM no Brasil e como tais programas afetam a prevalência do aleitamento materno exclusivo (AME). Revisão narrativa da literatura, selecionando artigos das bases de dados no portal da Biblioteca Virtual em Saúde, da Sociedade Brasileira de Pediatria e no site eletrônico do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019). Utilizaram-se os termos de busca “Aleitamento Materno”, “Políticas Públicas”, “Prevalência”, “Pediatria”. Incluídos estudos em português publicados entre 2017-2020. As PP de apoio ao AM no Brasil são cruciais para a saúde infantil e materna, estimulando a amamentação exclusiva até os seis meses de vida. Dentre as políticas trabalhistas, há a licença maternidade de 120 dias e o programa ‘Empresa Cidadã’, que estende essa licença por mais 60 dias e o “Programa de Apoio à Mulher Trabalhadora que Amamenta” visa criar uma cultura de apoio à amamentação nas empresas. Na saúde, a ‘Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil’ prepara as Unidades de Atenção Básica para incentivar o AM e a “Iniciativa Hospital Amigo da Criança” visa capacitar as equipes dos hospitais quanto ao ensino e incentivo ao AM exclusivo, além da iniciativa da “Atenção Humanizada ao RN de Baixo Peso-Método Canguru”. O Brasil conta, também, com estratégias de Bancos de Leite Humano e com a ‘Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes’, que regula a comercialização desses produtos. Assim, apesar de avanços significativos nas políticas de promoção, proteção e apoio ao AM, o país ainda não atingiu as taxas preconizadas pela OMS em relação ao AME e a manutenção do AM até os 2 anos de vida. Dados mais atuais ENANI-2019 mostram disparidades entre a realidade brasileira e o objetivo: a prevalência de AME foi de 45,8% e sua continuidade foi de 35,5% – taxas aquém das preconizadas, que são de 50% até 2025 (com meta ampliada de 70% até 2030) para a AME e de 60% até 2030 para AM continuada. O estímulo, ainda reduzido, a grávidas e a puérperas ao AME, os mitos acerca da amamentação e as dificuldades enfrentadas no retorno ao mercado de trabalho limitam a evolução das taxas de AM, o que gera grande impacto na amamentação e no desenvolvimento dos bebês. Assim, são necessários para os objetivos almejados: a extensão da licença-maternidade remunerada até o sexto mês a lactantes trabalhadoras, os incentivos à amamentação em locais de trabalho em público e às estratégias de aconselhamento sobre AME, além da contenção do marketing de fórmulas infantis. Portanto, torna-se importante a implantação plena, divulgação difusa entre a população das PP já existentes, além da revisão de alguns objetivos das mesmas.